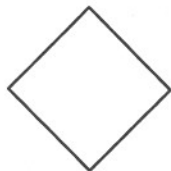


# A descaracterização da paisagem rural

Breve apontamento sobre o caso de Azoia – Leiria \*



*Maria da Graça Mouga Poças Santos*

"Qualquer geógrafo que procure conhecer a terra e compreender a complexa teia de relações que se estabelecem entre o homem e o meio, verdadeiro cerne da sua ciência tem de (...) estar atento ao **tempo** e ao **modo das transformações sociais**".

(Jacinto, 1995, p. 140)

## Introdução

Nesta introdução, gostaria de deixar duas palavras a título prévio:

- a primeira, de agradecimento à Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Azoia, pelo simpático convite que me foi dirigido e que me deu a oportunidade de participar no painel a propósito da exposição "Retalhos do Passado".
- a segunda, para referir que a proposta de tema a abordar que me foi dirigida constitui para mim um duplo desafio (profissional e pessoal): o de me "aventurar" num terreno que não está nas minhas prioridades de investigação, uma vez que me tenho debruçado preferencialmente sobre a área da Geografia do Turismo; por outro lado, a freguesia da Azoia, estando tão perto do meu local de trabalho e da minha residência era para mim em grande medida desconhecida, pouco mais do que um mero ponto de passagem.

Muito simplesmente, a minha intervenção destina-se a reflectir acerca de um fenómeno de que todos mais ou menos já ouvimos falar ou sobre ele discutimos, e que, numa perspectiva geográfica, tem sido objecto de numerosos estudos, nomeadamente no âmbito de um ramo específico da Geografia Humana que é a Geografia Rural.

---

\* Este artigo corresponde no essencial à comunicação apresentada no painel a propósito da exposição "Retalhos do Passado", organizada pela Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Azoia em 25/6/98, no auditório da Delegação de Leiria do Instituto Português da Juventude.

A partir dos vários entendimentos possíveis sobre o que é a descaracterização da paisagem rural, procuraremos avançar pistas para a compreensão deste fenómeno, cuja abordagem depende não apenas dos diferentes pontos de vista científicos, como da própria diversidade que este tema encerra.

Para isso, começamos por enquadrar a temática da Paisagem Rural (ponto 1), referindo-nos aos respectivos problemas de delimitação e definição (1.1.) e ao seu carácter de universo plurifacetado (1.2.), prosseguindo com a determinação das tendências para a descaracterização que a afectam (ponto 2), incluindo alguns dos factores de mudança (2.1.), tanto a nível das mutações funcionais (2.2.), como das mobilidades emergentes (2.3.) e, por último, abordando um exemplo de metamorfose da Paisagem Rural em áreas periurbanas: o caso da Azoia - Leiria (ponto 3).

## 1. Enquadramento do tema: A Paisagem Rural

“A estrutura económica e social transforma-se mais rapidamente que os hábitos metais e os conceitos”.

(Alain Minc)

### 1.1. Problemas de delimitação e definição

No início desta exposição interessa definir vários conceitos julgados pertinentes para a problemática que pretendemos abordar, recorrendo aos contributos teóricos disponíveis de vários autores, na tentativa de através dessas noções conseguir uma delimitação de conjunto do que é a paisagem rural.

Efectivamente, a “evolução da urbanização, que se traduz pelo incremento dos quantitativos populacionais dos centros urbanos, compreende dois processos: a multiplicação do número de pontos de concentração demográfica e a tendência para o aumento da dimensão destes núcleos. (...) a urbanização estende-se para lá dos lugares e penetra no território intersticial ou periférico das aglomerações de forma descontínua. Pequenas indústrias e armazéns misturam-se com a habitação e parcelas cultivadas de dimensão exígua. Paisagens rurbanas são bem visíveis nos concelhos de Leiria, (...)”. (Salgueiro, 1992, p. 39/40). Neste contexto, assinala-se a importância das aludidas noções de urbanização,<sup>1</sup> periferia<sup>2</sup> e paisagem rurbarana.<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Urbanização “é o movimento de desenvolvimento das cidades, simultaneamente em número e em

A propósito das mutações verificadas nas relações rural/urbano e no quadro identificador da Paisagem Rural têm sido propostas várias expressões, conceitos e definições que pretendem assinalar, como acabámos de ver, essas realidades intermédias nascentes. Fala-se, assim, de espaço suburbano,<sup>4</sup> espaço periurbano,<sup>5</sup> auréola rurbana,<sup>6</sup> rurbanização,<sup>7</sup> região urbana,<sup>8</sup> etc., para tentar significar a existência de gradações na confluência do rural com o urbano, através de espaços intermédios mais ou menos de transição, cada vez mais generalizados e onde é tarefa difícil distinguir claramente uma da outra realidade, tornando um pouco obsoleta a visão dicotómica rural/urbano.

Todo este conjunto de designações e conceitos, multidimensionais e por isso mesmo sujeitos a equivocidades, podem ser polémicos e os diferentes termos referirem-se a realidades nem sempre coincidentes, mostrando a riqueza terminológica da geografia moderna, que encontra nas relações cidade/campo o cerne de uma parte da investigação em Geografia Rural. Pensa-se que todos estes termos começaram a fazer caminho quando, com a Revolução Industrial, se acentuou a saída das populações das áreas rurais para as urbanas; no entanto,

---

tamanho, isto é, o desenvolvimento numérico e espacial das cidades" (Beaujeu-Garnier, 1983, p. 24).

<sup>2</sup> A designação *periferia* aparece por contraposição ao centro, referindo-se portanto às áreas que circundam uma cidade (Bailly et al., 1991, p. 68 e 147).

<sup>3</sup> A noção de *rurbano* "neologismo qualificando o ordenamento e o quadro de vida das margens urbanas conquistadas ao meio rural e associando as relíquias deste meio à economia e à vida urbana" (Pierre George, 1970 – Dictionaire de Geographie).

<sup>4</sup> Área *suburbana* ou *subúrbio* são termos que pretendem designar a "zona periférica da cidade, com características sobretudo, residenciais e muito dependentes das funções no centro da cidade. Relaciona-se com uma mobilidade crescente da população resultante do uso do automóvel ou dos transportes urbanos e suburbanos. (...) a função habitacional cresce, ao mesmo tempo que aparecem outras funções ligadas a uma descentralização de serviços, comércio (centros comerciais) e indústria (parques industriais). (Batouxas e Viegas, 1998). O crescimento destas áreas é motivado pelo fenómeno de *suburbanização* que podemos considerar como o "Processo relacionado com o crescimento de uma cidade (fase centrífuga), fazendo com que algumas actividades ligadas ao comércio e aos serviços centrais, bem como a população, migrem para a periferia da cidade. Este processo origina o aparecimento dos subúrbios" (*ibidem*).

<sup>5</sup> Segundo os mesmos autores, espaço *periurbano* é a "zona em redor da cidade, para além dos subúrbios, onde as características urbanas se misturam com o espaço rural".

<sup>6</sup> Para James Johnson (1974, p. 201) a *auréola rurbana* é "uma das características da cidade moderna, é a ausência de uma delimitação clara entre o que é o campo e o que é a cidade; (...) definidos ambos pela utilização do solo e organização social. Pelo contrário, forma-se uma auréola rurbana onde se misturam várias características rurais e urbanas".

<sup>7</sup> A *rurbanização* (Jean-Benard Charrier, 1988, p. 59) "consiste na instalação, nas áreas rurais, de pessoas vindas essencialmente da cidade, que aí conservam a maior parte das vezes o seu emprego e se tornam por este facto migrantes diários".

<sup>8</sup> A "zona de relações prioritárias directas e imediatas duma cidade de certa importância com a sua periferia" é para Beaujeu-Garnier (1983, p. 25) a *região urbana*.

foi nas décadas de 60 e 70 que aparecem mais obras geográficas com a preocupação de estudar estas realidades.

Face à complexidade dos fenómenos em causa, os vários critérios diferenciadores, incluindo os estatísticos, revelam-se ineficazes pelo que se tomou imperioso assumir a complexidade das realidades híbridas que não cessam de surgir e se expandir.

### **1.2. Uma realidade plurifacetada**

Essa complexidade é, apesar de tudo, menor nas zonas rurais do interior onde, pelo facto de se manterem muitas das características tradicionais destes espaços, a distinção entre espaço urbano e espaço rural é mais facilmente apreensível. De facto, as áreas rurais do litoral não sofrem dos mesmos constrangimentos (por ex. envelhecimento da população, abandono dos campos pelo êxodo rural e emigração,...) se comparados com as áreas rurais do interior.

Assim, um grande número de trabalhos científicos sobre descaracterização da Paisagem Rural refere-se ao mundo rural do interior e não à realidade do litoral, onde o fenómeno em estudo assume contornos de maior dificuldade conceptual e operativa.

Aliás, a descaracterização da Paisagem Rural não é apenas motivada pelo abandono da morfologia típica do respectivo habitat (de que são exemplo as tão discutidas casas de emigrantes), mas por um conjunto alargado de metamorfoses a que nos referiremos posteriormente.

O conceito de Paisagem Rural tem um carácter amplo e abrangente que inclui a Paisagem Agrária e a Paisagem Agrícola e que evoca a generalidade de tudo o que diz respeito ao campo (campos cultivados, florestas, quintas, aldeias) e englobando também o que nelas se situa (indústrias, residências secundárias, serviços, equipamentos colectivos).

É a partir de cada um dos elementos que constitui esta paisagem (sociais, económicos, físicos,...) que poderemos definir os contornos que esta noção encerra, para conseguirmos alcançar a sua delimitação teórica: “falar de paisagem rural é necessariamente evocar a sua diversidade” (Cavaco, 1996, p. 334).

Assim, tendo em atenção todas as perspectivas apresentadas, perceberemos melhor as profundas mudanças que se registaram neste tipo de paisagem, resultantes sobretudo do facto de esta ser ocupada cada vez mais por actividades não agrícolas. Daí por vezes alguns autores preferirem referir a expressão no plural para realçar este seu carácter multifacetado e, portanto, reconhecerem a existência de *paisagens rurais*.

Sendo uma designação de alcance alargado, carece de uma análise dos vários vectores que a compõem, o que nos propomos fazer de seguida.

## 2. Tendências para a Descaracterização da Paisagem Rural

“Com a paisagem que muda, também o homem se modifica”

(Orlando Ribeiro, 1991, p. 27)

### 2.1. Alguns factores de mudança

A própria expressão “descaracterização da Paisagem Rural”, que nos foi sugerida, embora frequentemente utilizada, não deixa de ser algo equívoca. De modo mais ou menos difuso, parece estar-lhe subjacente uma valoração necessariamente negativa. Ora, se é certo que muitas das alterações verificadas no mundo rural estão associadas à falta de planeamento, à degradação ambiental, à multiplicação de construções esteticamente duvidosas, etc., também é verdade que se assistiu a uma mudança genericamente positiva a nível da mobilidade social, emprego, padrões sócio-económicos, acesso a bens e serviços anteriormente reservados aos cidadãos, etc.

Por isso entendemos aqui a descaracterização no sentido, mais neutro, de transformação do espaço rural, que inegavelmente se verificou nas últimas décadas (em resultado da acção do homem sobre o meio que o circunda e, inversamente, deste sobre aquele, numa interacção permanente e sucessiva).

Apontaremos seguidamente alguns dos principais vectores de mudança verificados, sem preocupações de hierarquização ou de cronologia, mas sim de enunciar diversas causas explicativas da realidade em questão.

As grandes alterações na Paisagem Rural tiveram o seu início a partir do momento em que o fenómeno de urbanização começou a ser uma realidade (podendo mesmo apontá-lo a partir dos séculos XVIII e XIX). A este está associado o processo de industrialização e, já neste século, o desenvolvimento do sector terciário.

Estas mudanças fizeram sentir os seus efeitos de forma mais acelerada em Portugal após a Segunda Guerra Mundial, fruto de *maiores facilidades de transportes e comunicações* (melhoria da rede viária, utilização de transportes públicos, a generalização de automóveis e motociclos próprios que melhoraram a mobilidade), *novos meios de comunicação social* (rádio, televisão, publicidade, que alteraram as mentalidades e os padrões de consumo,

aproximando “cada vez mais, os quadros de referência urbano e camponês” – Mateus, 1998, p. 172), *melhoria do nível de vida* (emprego no sector secundário e terciário, aumento dos rendimentos, do tempo livre, maior poder aquisitivo, novas oportunidades de educação para os filhos,...), *evolução nos métodos de produção* (mecanização e transformação da agricultura, que geraram, entre outros factores, o aumento do desemprego e a dificuldade de encontrar emprego fora daquele sector de actividade), *fixação de indústrias* e, mais tarde, de *serviços privados e públicos* (num processo progressivo de terciarização das sociedades).

Concomitantemente, verificaram-se movimentos demográficos no sentido campo – cidade (êxodo rural) nomeadamente em direcção aos grandes centros urbanos, principalmente Lisboa e Porto, à procura de melhores condições de vida e, mais tarde, em direcção aos países mais desenvolvidos da Europa (França, Alemanha,...) pelas mesmas razões – a Emigração dos anos 60.

Todas estas modificações levaram ao “declínio da sociedade camponesa, e com ela de uma velha relação entre a sociedade, trabalho, cultura, natureza e ecologia” (Capucha, 1996, p. 32).

Em suma, como escreveu o grande geógrafo Orlando Ribeiro (1991, p. 416) “a modernização da agricultura, libertando braços, só deixa à gente rural três caminhos: a emigração, a indústria e a atracção urbana”.

Como é evidente, as modificações introduzidas no meio rural implicaram novas funcionalidades e novas mobilidades, que contrastam com a secular organização do meio rural: predominância absoluta da actividade agrícola e/ou pastoril consoante as regiões, o habitat tradicional (por sinal, muitas vezes mais adaptado às características climáticas do local onde estão implantadas), relações sociais dependentes da posse, propriedade e exploração da terra, valores e padrões de comportamento social, moral e religioso específicos da cultura do meio rural, etc.

## **2.2. Mutações funcionais**

No que concerne às novas funções, há que referir a progressiva introdução no espaço rural de características até aí típicas do meio urbano, levando a uma diluição de fronteiras nas relações rural/urbano entre cidadãos e rurais, diferenciando-se cada vez menos uns dos outros.

Dados os limites destes curtos apontamentos, trataremos apenas aqui daquelas mutações que mais têm a ver com a nossa região e respeitantes ao caso que pretendemos estudar- a cintura rural envolvente de uma cidade de dimensão média localizada no litoral português.

Em primeiro lugar, assistimos à emergência de uma nova *função residencial*, não ligada à actividade agrícola, resultante de fixação de novos habitantes que trabalham no meio urbano; este fenómeno ocorre nas áreas periféricas das cidades devido ao mais baixo preço do solo, com os consequentes menor custo de construção e rendas habitacionais mais baratas e levando, mesmo em redor de cidades de média dimensão, à existência de aldeias dormitório.

Em segundo lugar, regista-se a *implantação da indústria*, seja de modo disperso, nalguns casos mesmo anarquicamente, seja em parques industriais de modo planeado. Normalmente estas unidades industriais situam-se ao longo das vias de comunicação mais importantes, beneficiando da melhor acessibilidade. Também neste caso releva o menor custo dos terrenos aliado à necessidade de espaços alargados para o surgimento e/ou crescimento dessas indústrias. Outro aspecto não despidendo diz respeito ao aproveitamento de mão-de-obra libertada pela modernização da agricultura e à fixação de novas populações providas de outras regiões do país, nomeadamente do interior. Embora talvez não seja determinante no caso vertente, deve mencionar-se a cada vez maior resistência da opinião pública citadina à existência de indústrias no perímetro urbano, acarretando inconvenientes ambientais conhecidos (poluição atmosférica, sonora, das águas, agressão estética,...) a que só agora as populações rurais começam também a reagir.

Em terceiro lugar, é de assinalar a *função recreativa e turística* integrada na moderna tendência de terciarização destes espaços, associada quer à actividade hoteleira convencional (restaurantes, bares, discotecas, etc.) quer a novas formas de consumo do espaço rural (ex. agroturismo, turismo rural, actividades desportivas como a equitação, etc.).

Finalmente, mencione-se a *implantação de empresas de comércio e serviços* (para além das já referidas e no âmbito do mesma realidade de terciarização) que traduzem a existência de novas necessidades e hábitos de consumo, como médias e grandes superfícies, armazéns grossistas, oficinas de reparação automóvel e estabelecimentos de venda de automóveis, maquinaria agrícola, móveis, etc. Estas actividades comerciais aparecem por razões idênticas às da implantação industrial e visando uma clientela mais alargada.

Se estas últimas correspondem a necessidades que transcendem as do local onde estão instaladas, já as primeiras dirigem-se preferencialmente, aos próprios habitantes e a par de pequenas actividades de serviços (de saúde, estabelecimentos educativos públicos ou privados, cabeleireiros, etc.).



Toda esta panóplia de novas funções não poderiam deixar de alterar profundamente a antiga Paisagem Rural, provocando a regressão da área afectada ao uso agrícola ou florestal.

### **2.3. Mobilidades emergentes**

Em termos de implicações espaciais, estes foram alguns dos elementos caracterizadores de um novo quadro de relações do homem com o meio que levaram a uma tendência uniformizadora da paisagem e devem ser analisados em conjunto com outros factores de ordem humana não menos relevantes, como as emergentes mobilidades – profissional, demográfica, social e, em pano de fundo, geográfica (Mateus, 1996, p. 263).

Quanto à *mobilidade de ordem profissional*, esta resulta da diversificação das actividades económicas e consequente implantação de empresas dos sectores secundário e terciário, com a criação de novas oportunidades de emprego,<sup>9</sup> bem como da deslocação para acesso a postos de trabalho na cidade, que entretanto viu também consideravelmente alargado o seu tecido empresarial. Muitas vezes justapõem-se uma actividade principal remunerada nestes sectores e uma actividade residual ou complementar no sector agrícola, dando lugar a situações de pluriactividade e plurirendimento, mantendo uma certa ligação do homem à terra, inexistente em áreas tradicionalmente industriais e criando, designadamente, a situação que alguns autores denominam do “operário-agricultor” ou “operário-camponês”.

Relativamente à *mobilidade demográfica*, esta é evidente em resultado dos movimentos de êxodo rural e dos movimentos pendulares, que permitem uma certa abertura das comunidades ao exterior, evitando situações de endogamia e de certa autarcia em que muitas comunidades rurais viviam.

A *mobilidade social* é resultante em grande medida da primeira, visto que a novas oportunidades profissionais correspondem frequentemente melhorias apreciáveis de rendimentos das famílias e uma menor rigidez social. A estes movimentos ascensionais na escala social, dificilmente concebíveis anteriormente, correspondem também a adopção de novos comportamentos sociais e mentalidades mais próximas ou semelhantes aos da cidade.

O século que agora finda, ao revolucionar os conceitos de transporte e de comunicação, proporcionou uma *mobilidade geográfica* sem precedentes, que explica em grande medida as mobilidades anteriores, passando o espaço a ser medido não tanto como mera distância física, mas mais em termos de

<sup>9</sup> Pode dizer-se que, apesar dos efeitos negativos que eventualmente acarretarão, “o grande comércio e os estabelecimentos produtivos viabilizaram certas freguesias periurbanas” (Jean e Calenge, 1997, p. 398).



duração/custo do trajecto e até em função de componentes de ordem social e psicológica.

Nos últimos 20 anos, “durante os quais os campos do mundo inteiro sofreram mutações profundas, sensíveis a diversos níveis, tais como: modernização dos sistemas agrícolas, mundialização da produção, integração económica, expansão dos espaços residenciais, urbanização dos modos de vida e consequente reorganização paisagística” (Mateus, 1998, p. 169), todo o processo de mudança se acelerou, sendo a Azoia apenas um dos muitos exemplos que se podem estudar e, sobre o qual, de forma sintética, nos deteremos.

### **3. Metamorfose da paisagem rural em áreas periurbanas: o caso da Azoia**

Tendo a iniciativa deste painel partido da comunidade escolar da Azoia, no sentido de melhor conhecer a realidade local, procuraremos enunciar alguns dados relativos a esta freguesia e particularmente à respectiva sede.

Deve dizer-se que não foi fácil a obtenção de dados relativos a esta freguesia, o que faz supor a necessidade de estudos mais aprofundados, o que não é manifestamente o caso deste texto.

Classificámos a freguesia da Azoia como área periurbana, porque nos parece que esta designação é a que mais se lhe adequa,<sup>10</sup> do ponto de vista das suas relações com a cidade, uma vez que existe, apesar de tudo, uma certa descontinuidade espacial entre Leiria e a Azoia, sem prejuízo da importância das mudanças que se estão a operar e da progressiva integração desta freguesia na malha urbana da cidade, sobretudo do ponto de vista económico.

Como exemplo que assume algum significado, o caso em análise tem interesse já que “o fenómeno, dito periurbanização, corresponde a uma das grandes evoluções geográficas registadas no mundo desenvolvido” (Pereira, 1999, p. 181).

#### **3.1. Localização e delimitação**

Começamos por apresentar um esboço de mapa (Fig. 1), que inclui os principais núcleos populacionais da freguesia e as rodovias mais importantes que a atravessam. A freguesia da Azoia tem aproximadamente uma superfície de

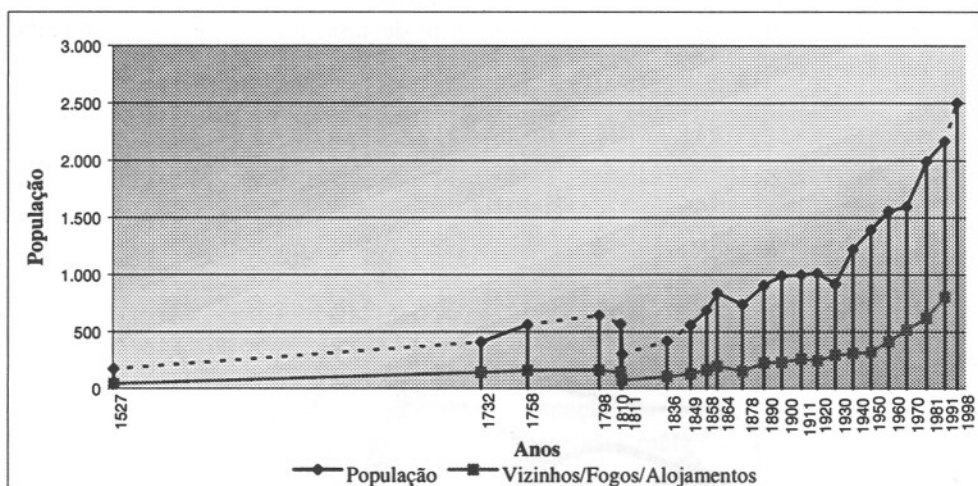
---

<sup>10</sup> Sendo um espaço de “interface entre o rural e o urbano” (Jean e Calenge, 1997, p. 412) e tendo como traços caracterizadores uma paisagem “ainda largamente dominada pela agricultura e pelo verde, densidades muito inferiores à das aglomerações, traços ainda muito visíveis de uma antiga sociabilidade rural (...)” (*ibidem*).



património (*O Couseiro*, p. 118, refere que os franceses transformaram a Igreja de Santa Catarina da Azoia em cavalaria...).<sup>11</sup>

**Fig. 2 – Evolução da população e dos vizinhos/fogos/alojamentos da freguesia da Azoia de 1527 a 1998**



Igualmente de referir a diminuição da população nos anos 20, provavelmente em resultado da gripe pneumónica e da emigração para o Brasil. O mesmo fenómeno de emigração se voltou a fazer sentir nos anos 70, desta vez em direcção aos países mais ricos da Europa (França, Alemanha,...).

De notar ainda a evolução do número de habitantes por fogo que traduz uma tendencial e progressiva diminuição dessa *ratio*, a qual é actualmente de 2,7 habitantes/alojamento, em média, contra 4,3 em, por exemplo, 1849, 1900 e 1950.

Em termos habitacionais, os dados constantes do quadro 1 revelam o respectivo crescimento no mesmo período, em particular nas últimas três décadas, o que só por si constitui desde logo um factor de alteração da paisagem, reforçando-lhe a função residencial.

<sup>11</sup> A penúria era tal que a Câmara Municipal de Leiria, em 1812, teve de distribuir sementes (feijão, trigo, milho, etc.) a 1028 lavradores, “ricos, remediados e pobres” para fazer face às carências que se verificaram. A título de curiosidade, anote-se que estes apoios foram financiados por fundos aprovados pelo Parlamento Britânico.

### **3.3. Alguns elementos e factores de descaracterização da Azoia**

Até finais dos anos 40, a população da Azoia trabalhava predominantemente (como aliás acontecia em grande parte do País) na agricultura, onde assumiam especial importância algumas quintas (Quinta da Serrada, Quinta da Cortiça, etc.) ou fazendas de dimensão mais relevante, propriedade de famílias mais abastadas (por ex., Monteiro Jorge, Vaz Preto, Ferreira Bernardino, Monteiro Pereira, etc). Para além de algumas tabernas ou vendas (onde se podia comprar um pouco de tudo...), apenas temos notícia da existência de uma cerâmica, muito primitiva ainda, no Vale do Horto.

Neste panorama marcadamente rural distinguíam-se claramente duas áreas com características diferenciadas do ponto de vista do seu uso agrícola: a zona a Oeste, compreendendo os lugares de Alcolgulhe, Codiceira, Cabeças da Azoia, Vale do Horto e a própria sede da freguesia, onde se cultivava a vinha, nas suaves encostas dos montes e colinas tão comuns nesta região; a Nascente, ao longo da margem esquerda do rio Lena (que constitui o limite com a freguesia da Barreira) praticava-se uma agricultura de regadio, com milheirais, viveiros de bacelo, árvores de fruto<sup>12</sup> e hortas,... onde se cultivavam couves, alfaces,... aproveitando a planura e a água que a proximidade do rio proporcionava.

De um modo geral, a população residente era suficiente para os trabalhos da lavoura, registando-se no entanto a vinda de trabalhadores de fora da freguesia, nos períodos de maior actividade vitícola (em Março, para o duro trabalho da cava das vinhas e no Outono para as vindimas). Estes assalariados, migrantes sazonais, eram chamados de “malteses”, muitos deles oriundos do Norte do Distrito, nomeadamente do concelho de Pombal.

Embora com um peso relativo incomparavelmente menor do que em tempos mais recuados, a agricultura constitui hoje, ainda assim, um sector económico de certa importância, até como segunda actividade (no fim do dia, fim-de-semana e férias) de muitos dos habitantes, os quais cultivam e vendem cereais, vinho, fruta e produtos hortícolas. Se é verdade que algumas áreas anteriormente agricultadas têm hoje uma ocupação silvícola (por ex. choupais na Quinta da Serrada e no sítio de Mato Grosso) é de referir, a produção de vinhos de qualidade certificada como o da Quinta da Sapeira. Em termos pecuários é de mencionar a existência de uma vacaria e de uma exploração de cunicultura. Tanto quanto apurámos, não existem instalações de suinicultura com relevância,

---

<sup>12</sup> A propósito de árvores de fruto, uma saborosa quadra popular indicia a existência de laranjais:  
 “O meu amor é da Azoia  
 da terra da laranjeira  
 Traz um raminho ao peito  
 Ai meu Deus que tão bem cheira!”

ao contrário do que acontece em outras freguesias do concelho, com as graves consequências ambientais que se conhecem.

No que concerne à *função residencial*, predominavam as habitações térreas, típicas do habitat rural da região (alpendre, cómodos para o gado, entrada larga com portão para passarem carroças e carros de bois, pátio interior,...).

Estas casas, embora adaptadas ao clima da região, construídas com materiais aqui existentes, servindo não apenas de função residencial mas também de apoio à actividade agrícola e de certa beleza exterior, raramente dispunham de grande comodidade, comparando-a com os padrões de hoje (inexistência de instalações sanitárias, de águas correntes, etc.). Sob a orientação dos seus professores, os alunos do 1.º Ciclo da Azoia efectuaram um pequeno levantamento sobre a habitação (e também a alimentação) em que os seus pais foram criados, onde se notam claramente as diferenças com o parque habitacional actual, as quais traduzem o progresso verificado nas condições de vida.

Embora não especificamente para o caso em estudo, mas reproduzindo o essencial dos elementos típicos da casa da Alta Estremadura (Fig. 3), é interessante observar o desenho, da autoria do arquitecto Ernesto Korrodi,<sup>13</sup> feito expressamente para a Exposição Distrital que, em 1940, teve lugar em Leiria, a par da chamada "Exposição do Mundo Português" que se desenrolou em Lisboa, e que em ano da Expo'98 não deixa de ser curioso evocar. Sobre a casa tradicional, podemos interrogar-nos como Aquilino Ribeiro no seu livro *O Homem da Nave* (p. 142): "Na região de Leiria, a varanda recolhida no sistema arquitectónico não constitui um pormenor curioso e genérico?"

Muito longe desta realidade, nos últimos anos, tem-se assistido ao aparecimento de *empreendimentos imobiliários* de alguma relevância, até aí inexistentes na freguesia, com a construção em altura de vários blocos habitacionais (exs.: urbanização da Cruz de S. Tomé e do Edifício Estrela), prevendo-se para breve o início de novo empreendimento. Estes apresentam características semelhantes às da morfologia de um bairro da cidade, completamente estranha à Paisagem Rural tradicional.

Esta Paisagem Rural da Azoia foi sofrendo lentas modificações, em paralelo com o que se passou no resto do país, no período pós 2.ª Guerra Mundial e, particularmente, com a beneficiação e alargamento do eixo

---

<sup>13</sup> Um conhecido semanário sugeriu, com inteira pertinência do nosso ponto de vista, que se devia dar a conhecer às novas gerações este ilustre leiriense de adopção (Revista do *Expresso* de 20/06/98).

rodoviário fundamental N-S (Lisboa – Porto), a EN n.º 1 (hoje IC2) que veio alterar decisivamente o desenvolvimento de toda esta região.

**Fig. 3 – Casal rural  
representação das freguesias do concelho de leiria  
na exposição distrital de 1940**



**Projecto do Arquitecto Ernesto Korrodi**

Como pioneira de um processo de implantação de indústrias, iniciou-se na década de 50 a laboração de uma nova fábrica – a cerâmica do Vale Gracioso. Ao longo do troço da EN n.º 1 que percorre a freguesia foram-se *implantando infra-estruturas comerciais* (maquinaria agrícola e de obras públicas, congelados, sede de empresa de vendas por catálogo, venda e reparação de automóveis, vinhos, etc.) e *industriais* (metalomecânica, plásticos, moldes, cartuchos de caça, móveis, cerâmica, etc.).

A maioria destas unidades empresariais procuraram aqui facilidades de acesso, já que muitos dos potenciais clientes se deslocam de automóvel, abrangendo uma área muito superior à da freguesia, incluindo naturalmente a cidade. Outros factores que favorecem esta implantação têm a ver com a necessidade de áreas de grande dimensão para armazenamento e/ou exposição dos produtos comercializados.

À dinamização da actividade económica e à melhoria do rendimento das populações, correspondeu a abertura de uma agência bancária e de balcões de companhias seguradoras.

No plano da actividade hoteleira, têm aparecido várias unidades de restauração, algumas de grande qualidade, bares, etc., servindo também aqui, e sobretudo, uma clientela citadina. Recentemente, a já mencionada Quinta da Serrada foi ela própria alvo de transformação funcional, estando hoje também ligada a *actividades recreativas e de lazer* ou seja ao chamado turismo rural. Dentro da mesma tendência foi constituída há poucos anos uma empresa de actividades hípicas e tauromáquicas (no Vale do Horto).

Estes factos, aliados ao comércio alimentar de retalho para a satisfação das necessidades da própria população, demonstram claramente a terciarização, precedida e a par da industrialização, sendo esta em grande parte o motor daquela e factor de acentuada mutação da Paisagem Rural.

Como é evidente, estas novas actividades geraram acrescidas *oportunidades de emprego* que foram absorvendo a mão-de-obra excedentária da agricultura e as novas gerações que procuravam melhorias de rendimento e de situação social.

Na tentativa de objectivar um pouco esta tendência, solicitámos às professoras da Escola do 1.º Ciclo da Azoia o levantamento das profissões dos pais e avós dos seus 42 alunos, através de um pequeno inquérito que elaborámos, sem especiais preocupações de amostragem científica.

Verificou-se que a maior parte dos alunos eram filhos e netos de residentes ou naturais da freguesia, sendo interessante notar que apenas um dos pais faz da agricultura a sua profissão, distribuindo-se os restantes por variadas actividades da indústria, comércio e serviços, enquanto na geração anterior – a dos avós – quase metade se dedicava ou dedica à agricultura. No que diz respeito às mães e às avós, o número de domésticas diminuiu para metade no espaço de uma geração, o que não deixa de ser significativo da alteração de hábitos sociais e de estatuto profissional da mulher. As mães dos alunos que trabalham fora de casa repartem-se igualmente pelo terciário e pela indústria.

Embora muito próxima da cidade sede de concelho – e talvez por isso mesmo – a Azoia apresenta algumas *carências de infra-estruturas e de equipamentos colectivos*, em comparação com outras freguesias do município de Leiria. Se é verdade que a freguesia está electrificada e dispõe de abastecimento de água, a rede de saneamento básico é quase inexistente. Por outro lado, estão em funcionamento em quatro lugares da freguesia (Azoia, Alcolgulle, Codiceira e Vale do Horto) quatro escolas do 1.º Ciclo e um Jardim de Infância (considerado insuficiente, pelo que se prevê a construção de nova Pré-Primária), mas não dispõe de qualquer estrutura de apoio a idosos, nem de apoio à prática desportiva.



Como acontece frequentemente em áreas à volta das cidades, instalaram-se no lugar da Codiceira depósitos de sucata e ferro velho, o que tem originado protestos das populações vizinhas e que constituem um dos elementos mais negativos na descaracterização da Paisagem Rural, com consequências gravosas para o ambiente e para a saúde pública.

Também a EN n.º 1/IC 2 que tem sido factor de progresso da freguesia, tem originado ao longo dos últimos anos crescentes protestos da população que levaram à colocação de semáforos no entroncamento desta via com a EN 356-1, dado o elevado grau de sinistralidade rodoviária existente neste troço.

## Considerações Finais

Os elementos que apresentámos poderão contribuir para a compreensão das transformações que se operaram na Paisagem Rural em geral e na da freguesia da Azoia, em particular.

Ao contrário de outras freguesias limítrofes da cidade de Leiria, como por exemplo Marrazes e Pousos, que apresentam características urbanas mais marcadas, na Azoia mantém-se ainda, numa parte considerável da freguesia (com excepção de uma faixa ao longo da EN n.º 1/IC2), um ambiente de certo pendor rural.

Confluem na Azoia vários factores que contribuíram e contribuirão para a descaracterização territorial: a proximidade de um centro urbano, boa acessibilidade, industrialização e terciarização, nesta com reforço da componente recreativa e de lazer, e o aumento da procura habitacional, levando à transformação da Paisagem Rural em espaço periurbano.

Não seria de estranhar que os próximos anos trouxessem à Azoia uma certa pressão imobiliária, à semelhança do que já aconteceu com outras freguesias, e um acentuar das tendências já detectadas a nível funcional e de mobilidades.

Daí a importância de iniciativas (o colóquio em que se enquadrou este texto, o novo jornal da freguesia – *O Amigo*,...) que favoreçam um melhor conhecimento da realidade local, da sua história e das suas tradições, reforçando assim a identidade e o espírito de comunidade, com vista a encontrar novos equilíbrios, proporcionando padrões de qualidade de vida e verdadeiro desenvolvimento à população, independentemente do meio, rural ou urbano, em que habita.

Se é inelutável o fenómeno de crescimento das cidades e consequente descaracterização da Paisagem Rural envolvente, já é possível hoje intervir activamente para evitar agressões ao ambiente, desumanização de novas

urbanizações... Essa intervenção resultará tanto mais eficaz quanto conseguir ultrapassar, seja a tentação de uma visão nostálgica da realidade rural bucólica mais ou menos idealizada e que não voltará, seja uma visão de pretenso progresso medido pela altura dos prédios construídos ou pelo crescimento urbanístico a qualquer preço...

Alguém disse que é preciso ruralizar o meio urbano e urbanizar o meio rural, no sentido de criar melhores relações de vizinhança, mais jardins e outros espaços verdes nas cidades e, por outro lado, desenvolver padrões de conforto, infra-estruturas e equipamentos colectivos nas aldeias.

Tendo sempre em atenção que, como escreveu o professor Moisés Espírito Santo, “o desenvolvimento social, cultural e económico do meio rural não pode processar-se fora ou contra a vontade dos interessados” (1980, p. 218).

## ANEXO

**QUADRO 1 – População e Vizinhos/Fogos/Alojamentos da Freguesia da Azoia de 1527 a 1998**

Anos	1527(a)	1732	1758(b)	1798(a)	1810 (c)	1811 (d)	1836	1849
População	172 (?)	410	560	644 (?)	566	301	416 (?)	558
Vizinhos/ Fogos/Alo- jamentos	43	140	159	161	142	73	104	129

Anos	1858	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930
População	689	840	739	905	991	999	1.012	920
Vizinhos/ Fogos/Alo- jamentos	164	197	153	226	231	259	244	290

Anos	1940	1950	1960	1970	1981	1991	1998 (e)
População	1.220	1.393	1.555	1.596	1.992	2.165	2500
Vizinhos/ Fogos/Alo- jamentos	307	321	411	516	624	806	----

### Notas e Fontes:

- (a) – Dados do Numeramento de 1527 e do Censo de Pina Manique em 1798, reproduzidos em: Castro, Armando – “Leiria e a sua região no processo histórico português”, *Actas do colóquio sobre a história de Leiria e da sua região*, 1991, p. 323 e 325, respectivamente.
- (b) – Dados do *Dicionário Geográfico do Padre Luís Cardoso ou Memórias Paroquiais* de 1758
- (c) – Antes das invasões francesas
- (d) – Depois da “retirada dos inimigos”, em: *O Couseiro ou Memórias do Bispado de Leiria* – 1868, p. 305
- (?) – Dados calculados partindo da regra comumente aceite, que a cada vizinho corresponde um fogo e a este uma média de 4 indivíduos.
- Cabral, João – 1975 – *Anais do Município de Leiria*, vol. II, p. 58 a 61.
  - Recenseamentos de 1981 e 1991.
- (e) – Estimativa do jornal local de Azoia *O Amigo*, n.º 1, Abril de 1998.

## Bibliografia

- BAILLY, A. [et al.] (1991) – *Les concepts de la géographie humaine*. Paris: Masson. 68 e 147.
- BATOUXAS, M. e VIEGAS, J. (1998) – *Dicionário de Geografia*. Lisboa: Edições Sílabo.
- BEAUJEU-GARNIER, J. (1983) – *Geografia Urbana*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 444 p.
- CABRAL, João (1975) – *Anais do Município de Leiria*. Vol. I e II.

- CAPUCHA, L.M. Antunes (1996) – “Turismo e desenvolvimento em zonas rurais”. *Sociologia - problemas e práticas*, n.º 21. Lisboa: I.S.C.T.E., 29-46.
- CASTRO, Armando (1991) – “Leiria e a sua região no processo histórico português”. *Actas do Colóquio sobre a História de Leiria e da sua Região*. Câmara Municipal de Leiria. 295-339.
- CAVACO, Carminda (1988) – *Programa de Geografia Rural – Conteúdos \* Métodos*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 451p.
- \_\_\_\_\_ (1991) – “Diversidade dos processos de Terciarização das explorações agrícolas”. *Cadernos de Geografia*, n.º 10. Coimbra: Instituto de Estudos Geográficos. 179-198.
- \_\_\_\_\_ (1996) – “Do despovoamento rural ao desenvolvimento local: desafio ou utopia?”. *Dinamismos sócio-económicos e (re)organização territorial: processos de urbanização e de reestruturação produtiva*. Coimbra: C.C.R.C. 333-355.
- CHARRIER, J.B. (1988) – *Villes et Campagnes*. Paris: Masson.
- Couseiro ou Memórias do Bispado de Leiria* (1868). Braga: Tipografia Lusitana (anónimo).
- Dicionário Geográfico do Padre Luís Cardoso ou Memórias Paroquiais de 1758*. Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- DOMINGUES, A. (1994/5) – “(Sub)úrbios e (sub)urbanos - o mal estar da periferia ou a mistificação dos conceitos?”. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*. I Série. Vol. X/XI. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 5-18.
- GAMA, Rui (1996) – “Processos de Industrialização em Meio Rural: o caso de Mangualde”. *Dinamismos sócio-económicos e (re)organização territorial: processos de urbanização e de reestruturação produtiva*. Coimbra: C.C.R.C. 89-108.
- GEORGE, Pierre (1970) – *Dictionnaire de Geographie*. 3.<sup>a</sup> ed. Paris.
- JACINTO, Rui (1995) – “As outras geografias: a literatura e as leituras do território”. *Cadernos de Geografia*, n.º 14. Coimbra: Instituto de Estudos Geográficos. 139-142.
- \_\_\_\_\_ (1995) – “O Mundo Rural e o seu desenvolvimento”. *Cadernos de Geografia*, n.º 14. Coimbra: Instituto de Estudos Geográficos. 143-145.

- JEAN, Y. e CALENGE, C. (1997) – “Espaces périurbains: au-delà de la ville et de la campagne?”. *Annales de Géographie*. n.º 596. 389-413.
- JONHSON, J. (1974) – *Geografia Urbana*. 1.ª ed. Barcelona: Oikos-Tau.
- LAZZARITTI, O. (1995) – *Les Loisirs à la Conquête des Espaces Périurbains*. Paris: Éditions L'Harmattan. 297 p.
- LOPES TRIGAL, L. (1996) – “Influencia de las ciudades en su entorno rural: aplicación al área urbana de León”. *Dinamismos sócio-económicos e (re)organização territorial: processos de urbanização e de reestruturação produtiva*. Coimbra: C.C.R.C. 471- 480.
- MATEUS, Mª de Lourdes Roxo (1991) – “Terciarização dos espaços rurais”. *Cadernos de Geografia*, n.º 10. Coimbra: Instituto de Estudos Geográficos. 41-58.
- \_\_\_\_\_ (1996) – “Mobilidade e dinamismos nas periferias urbanas: Poder Local e perspectivas de mudança”. *Dinamismos sócio-económicos e (re)organização territorial: processos de urbanização e de reestruturação produtiva*. Coimbra: C.C.R.C. 261-283.
- \_\_\_\_\_ (1998) – “O Mundo Rural - referências camponesas num espaço que se urbaniza”. *Cadernos de Geografia*, n.º 17. Coimbra: Instituto de Estudos Geográficos. 169-173.
- MEDEIROS, João (1996) – “Das estratégias de desenvolvimento para o meio rural às iniciativas locais: algumas experiências na Região Centro”. *Dinamismos sócio-económicos e (re)organização territorial: processos de urbanização e de reestruturação produtiva*. Coimbra: C.C.R.C. 285-320.
- PEREIRA, J.V. Silva (1999) – “Processos de Periurbanização na expansão urbana de Coimbra. Os casos do Vale das Flores e o Ingote”. *Actas do I Colóquio de Geografia de Coimbra*. Coimbra: Instituto de Estudos Geográficos. 177-204.
- PORTELA, José (1996) – “Agricultores e Agriculturas transmontanas: entre o declínio e a revitalização”. *Dinamismos sócio-económicos e (re)organização territorial: processos de urbanização e de reestruturação produtiva*. Coimbra: C.C.R.C. 321-331.
- Recenseamentos Gerais da População de 1981 e 1991.*
- RIBEIRO, Orlando (1991) – *Opúsculos Geográficos – o Mundo Rural*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, IV vol.

SALGUEIRO, Teresa Barata (1992) – *A cidade em Portugal - uma Geografia Humana*. Porto: Edições Afrontamento. 292-296.

SANTO, Moisés E. (1980) – *Comunidade Rural ao Norte do Tejo*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento. 222 p.